

UMA SANTINHA CAIPIRA

Milagre e ciência em São Luís do Paraitinga (SP), 1918

Jaime de Almeida
Universidade de Brasília
Departamento de História

Esta é a história de uma santa camponesa trazida, à força, de volta ao mundo profano. Deve ser lida como um texto mais a girar em torno de um certo corpo de mulher, hesitando entre o desejo de penetrar seu mistério e o temor de profaná-lo.

São Luís do Paraitinga era, em 1918, uma das chamadas 'cidades mortas' do vale do Paraíba, ao norte do Estado de São Paulo. Na segunda metade do século XIX o município, situado a meio caminho entre Taubaté, no vale, e o porto de Ubatuba, cresceu mais pelo tráfico de mulas e tropeiros que por sua própria produção local (café e, sobretudo, milho). Muito antes da decadência dos cafezais do vale, a ferrovia que ligou diretamente os portos de Santos e Rio de Janeiro em 1876 condenou São Luís à estagnação.

Empresários e políticos da região Norte da província apresentaram vários projetos de ferrovias que ligariam as cidades do vale do Paraíba a algum porto da costa norte paulista, ou do sul da província do Rio. Nos últimos meses do Império, tal interesse engendrou um movimento político separatista que propunha a criação da província do Sapucaí, reunindo as regiões Sul de Minas Gerais e Norte de São Paulo. Esta última, em especial, sentia-se abandonada pelo governo paulista, que privilegiava as novas regiões cafeeiras do Oeste. A capital da nova província seria a cidade de

Taubaté, e sua coluna vertebral a ferrovia Taubaté-Ubatuba, que passaria por São Luís do Paraitinga. Além da esperança de recuperar o controle sobre os fretes da exportação e importação de sua região, os empresários vale-paraibanos sonharam àquela altura com a conquista dos distantes sertões da pecuária de Minas e Goiás, buscando atrair capitais ingleses para estender ramais pelo Planalto Central e atrair desta maneira ao porto de Ubatuba o fluxo que terminou, como se sabe, orientado para Santos e Rio de Janeiro. O projeto ferroviário esteve em vias de concretizar-se em duas ocasiões:

Nos tumultuados primeiros tempos da República, algumas dezenas de quilômetros de trilhos foram assentados, apesar das dificuldades criadas pelas companhias ferroviárias concorrentes, a Central do Brasil e Santos-Jundiaí. Nesta época, contando como certa a ferrovia, foi instalada em Taubaté uma grande fábrica de tecidos de algodão. O empreendimento ferroviário fracassou em meio à crise financeira do Encilhamento; o presidente da República, marechal Floriano Peixoto, recusou qualquer apoio, possivelmente porque a facção política dominante em Taubaté não dissimulava sua simpatia pelos rebeldes federalistas e monarquistas.

A idéia seguiu presente nos discursos eleitorais da política regional até que o governo federal, contrariando o ponto de vista do governo estadual, autorizou a constituição de uma nova companhia para a construção da ferrovia, mas a Grande Guerra provocou a retração dos capitais ingleses com que contava o empresário Francisco Ribeiro de Moura Escobar.

De 31 de maio a 7 de junho de 1917 realizou-se o Primeiro Congresso Paulista de Estradas de Rodagem, evento que marcava claramente a passagem do Brasil à área de influência do capitalismo norte-americano. O petróleo e o automóvel logo substituiriam o carvão e a locomotiva. Acumulando

sucessivos fracassos, as pequenas cidades da região, especialmente aquelas não servidas pela Central do Brasil, tiveram que se resignar à conjuntura de estagnação econômica. A grande geadada de 1918 eliminou os velhos cafezais; os pecuaristas do sul de Minas Gerais chegaram ocupando terras e expulsando caipiras.¹

Os primeiros indícios de expropriação da pequena propriedade em São Luís do Paraitinga são as frequentes campanhas repressivas contra curandeiros e feiticeiros negros, estimuladas pela imprensa local e por médicos, farmacêuticos e sacerdotes. Pagando salários mais baixos que aqueles oferecidos pelos seus concorrentes do Oeste, os fazendeiros vale-paraibanos tentavam, por meio da intimidação, reter à sua disposição a mão-de-obra dos negros libertos. Muitos ex-escravos migraram, e já em 1912 os fazendeiros de São Luís do Paraitinga solicitavam ao governo estadual sementes selecionadas de capim, para assim dedicar-se à pecuária leiteira.

Em tais circunstâncias, o 13 de maio de 1914 revela graves tensões sociais. Como o governo paulista havia recomendado a revitalização das festas cívicas nacionais, as crianças das escolas primárias recitaram poemas enfatizando o paternalismo da Lei Áurea de 1888. Mas no bairro rural do Barranco, no município de Taubaté, no último dia das missões do capuchinho frei Ângelo, uma multidão de cerca de mil pessoas, reunidas sob a grande cruz que haviam erguido, ouviu um sermão exaltado e patético: frei Ângelo aproveitou a coincidência do encerramento da missão com a data da Abolição para discursar sobre o sofrimento dos escravos, cujo sangue se mesclou ao sangue de Cristo; o Mal era a

1. V. minha comunicação 'História do que não houve: a Estrada de Ferro Taubaté-Ubatuba', em *Anais da III Reunião Anual da SBPH*. SP, 1983, pp. 161-165.

impiedade que acumula riquezas condenadas a converter-se em misérias. Naquele mesmo dia, numa outra cidade valeparaibana, Pindamonhangaba, os soldados do 53º Batalhão de Caçadores não prestaram continência ao ouvir o Hino Nacional; o povo protestou, estalaram tiros e reluziram navalhas; os soldados buscaram refúgio num hotel que a turba invadiu, prendendo um deles; fugiram no trem noturno, mas seus perseguidores também embarcaram; um soldado atirou-se do comboio em movimento e perdeu a vida. Assim, enquanto o mundo marchava irresistivelmente rumo à Grande Guerra, vemos nesta região do Brasil a Igreja e o Estado estimulando fortes emoções cívicas.

Durante a guerra, antigos militantes abolicionistas favorecem a politização da comunidade negra e mulata na região, organizando grandes marchas noturnas, revalorizando o jongo e outras danças de negros. Em setembro de 1916 o *Lábaro*, jornal oficial da recém-criada Diocese de Taubaté, anunciava com evidente satisfação a morte do negro Bibiano na enfermaria da Casa de Correção de São Paulo, onde cumpria pena por “atentados ao pudor, orgias e diabruras”. Era a revanche dos católicos ultramontanos contra a obra do pastor evangélico Miguel Vieira Ferreira, autor do livro *O cristo no tribunal do júri* e deputado à Assembléia Constituinte na qual lograra que se retirasse o símbolo católico das salas dos tribunais do júri. Mais grave ainda, o preto Domingos José Heliodoro Pereira, membro de sua Igreja, despedaçara a porretadas dois crucifixos no Tribunal do Júri do Rio de Janeiro a 25 de março de 1892, sacrilégio que teve como resposta, na sexta-feira seguinte, uma imensa procissão de desagravo com claras manifestações de protesto da multidão contra a política laicizadora da República.² Em São Paulo, Bibiano

2. V. meu artigo ‘Há cem anos, o Quarto Centenário: dos horríveis sacrilégios às santas alegrias’, em Revista *Estudos históricos*, vol. 5, nº 9, 1992, pp. 14-28.

foi o líder dos negros que abandonaram a Igreja Evangélica, quando seus companheiros brancos quebraram a promessa feita pelo velho pastor e militante abolicionista Miguel Vieira Ferreira de eleger um negro para substituí-lo após a sua morte. Em sua Igreja Triunfante da rua Santa Rita, o pastor Bibiano desenvolveu um ritual que certamente tendia ao padrão afro-brasileiro dos cultos de possessão; preso e condenado, é possível que tenha sido envenenado. Logo começariam as magníficas procissões de recondução dos crucifixos aos tribunais, pontuando a marcha triunfal dos católicos em busca da hegemonia nos assuntos da República.

Em São Luís do Paraitinga, na comemoração do 13 de maio de 1916, ou talvez de 1917, o negro Egídio rompeu a golpes de malho, junto ao pelourinho que permanecia intacto na Praça da Matriz, algumas algemas de ferro próprias para escravos que ainda eram expostas, acintosamente, esperando compradores, em um armazém vizinho. Como em resposta à crescente presença negra na cena política, a elite da cidade aproveitou a festa de inauguração do busto do filho mais ilustre de São Luís, o cientista Oswaldo Cruz, para que a opinião pública de todo o país soubesse que o município era culto e civilizado. Tratava-se especialmente de reagir ao estigma de ignorância e superstição criado pelo alvoroço em torno da 'santa' caipira Maria Antônia de Jesus, de quem trataremos a seguir. Mas o jornal *O Luizense* reproduziu uma crônica de Antônio João Veloso, publicada no *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro, na qual o mérito maior da vitória de Oswaldo Cruz contra a febre amarela teria sido racial. O racismo do conde de Gobineau mantinha seu estatuto científico:

A terrível epidemia dava cabo anualmente de mais de mil vítimas no Rio de Janeiro. E a sua predileção especial para o branco europeu e puro, ao mesmo tempo em

que a resistência da raça negra ao vírus, estava realizando entre nós o paradoxo hediondo da seleção da raça negra, com exclusão da branca.³

Assim, enquanto a penetração da pecuária na região expropriava primeiramente as formas precárias de propriedade dos negros libertos, justamente quando o Brasil exportava mais e mais carne para a Europa em guerra, os negros politizaram-se e exacerbou-se o racismo. Há que se acrescentar ao quadro a intensa campanha patriótica e militarista das Ligas: os jovens das classes média e alta escapavam ao rigor do recrutamento obrigatório graças aos recém-criados Tiros de Guerra; a Força Pública de São Paulo recusava-se a admitir negros. Pode-se pensar que as iniciativas políticas dos antigos abolicionistas junto a esta gente humilhada e mantida à distância corresponderia, talvez, à previsão de uma necessidade de enviar tropas brasileiras aos campos de batalha na Europa, posto que a França, grande pátria adotiva das elites brancas, tinha nos regimentos africanos de sua *Force Noire* um exemplo a ser imitado.

Apontando mais diretamente contra os quilombolas e caipiras negros, a agressiva campanha nacionalista das Ligas alcançava também Jeca Tatu, o personagem típico das serras que enquadram o vale do Paraíba. Este fugia do recrutamento militar e fazia bons negócios nos mercados de domingo, aproveitando a crise de abastecimento e a carestia provocada pela guerra. Nossa pequena santa do Paraitinga pertence ao mundo de Jeca Tatu. Passemos a observá-la.

Primeiro, o olhar científico do médico:

Foi-nos apresentada, na Santa Casa (...) uma jovem, de cor branca, devendo ter de 18 a 29 anos de idade, cabelos pretos, e que disseram chamar-se Maria Antônia,

3. *O Luizense* nº 554, ano XV, 29/08/1918, p. 1, 'Oswaldo Cruz'.



brasileira, solteira, residente no bairro do Chapéu (município de São Luís do Paraitinga). A jovem trazia vestido branco, véu azul com galões prateados, capela, e, em decúbito dorsal, num leito do hospital, parecia dormir profunda e tranqüilamente, conservando-se impassível aos chamados e movimentos dados ao seu corpo para despertá-la (...) A jovem Maria Antônia tem belas cores, notando-se mesmo o belo rosado de suas faces, temperatura a 37,5, pulso variando de 100 a 120 batimentos por minuto, mas cheio e rítmico, pele quente; há contractura dos músculos da face, da nuca e dos membros inferiores; as pálpebras estão fechadas e são agitadas por um movimento contínuo; a boca cerrada e os lábios colados um ao outro oferecem resistência aos dedos que procuram afastá-los; os globos oculares movem-se em todos os sentidos e a pupila reage à luz. A paciente não reage às excitações exteriores, conservando-se impassível, sem o menor movimento de defesa, a não ser um agitar mais acentuado das pálpebras, mesmo a picadas profundas, denotando perturbação da sensibilidade. Seus membros, quando tomados e logo depois abandonados, caem inertes sobre o leito; mas, postos em várias atitudes e depois abandonados, conservam as mesmas por longo tempo. Em toda a superfície cutânea não se observam perturbações tróficas e vaso-motoras manifestadas por erupções, flictenas, equimoses, escaras etc; o ventre apresenta-se flácido e deprimido, achando-se o estômago em estado de vacuidade (...).⁴

Um repórter do *Correio Paulistano* deu mais detalhes sobre a aparência de Maria Antônia. Vemos como um retrato: rosto grande e comprido, nariz regular, um tanto grosso, falta-lhe o dente incisivo lateral direito; emagrecida, os os-

4. Laudo médico assinado pelos médicos Artur Campelo (legista) e Gaspar Tibau (de São Luís do Paraitinga), transcrito no *Correio Paulistano* nº. 19.736, 17/06/1918, p. 4, 'Fatos diversos. Ainda a 'Santa' do Paraitinga. Um caso de histeria'.

sos estão salientes. Já a despertaram de sua profunda letargia, já chegou a São Paulo sem o hábito de Nossa Senhora das Dores que trajava, nem a coroa de flores artificiais na cabeça, já não dorme em seu caixão de defunto no interior da capelinha que seu pai edificou a seu pedido. Tem agora um vestido simples de cassa branca, com cintas azul-celeste na cintura e nas mangas; não apresenta o tipo comum das sertanejas, é clara, olhar expressivo, mãos finas e delicadas, a voz é agradável apesar do fortíssimo sotaque caipira.⁵

A operação policial contra a 'santinha do Paraitinga' foi solicitada pelo jornal local *O Luizense* e logo por *O Lábaro*, instrumento do bispo de Taubaté. É provável que um frade capuchinho, que percorreu os bairros rurais do município pregando missões e administrando sacramento ao final do ano de 1917, tenha alertado o vigário monsenhor Ignacio Gioia e os dirigentes diocesanos antes que *O Luizense*, talvez obedecendo à orientação dos mesmos, desse o primeiro sinal de alerta. *O Lábaro* definiu desde logo Maria Antônia como mais uma exploradora do povo crente e bom, ao comentar sarcasticamente a onda de aparições milagrosas desta época confusa de final de guerra, revolução na Rússia e no México, gripe espanhola.

Em março de 1918, o delegado de polícia de São Luís do Paraitinga pediu instruções ao delegado geral antes de entrar em ação. A 18 de maio, já podia relatar ao delegado regional de Guaratinguetá o que vira: a moça estava deitada num caixão, dormindo tranqüilamente desde 14 de janeiro. Segundo o delegado, já não havia mais grande afluência de curiosos junto a ela, mas o interesse acabara de recrudescer com a divulgação do fenômeno pela imprensa.

5. *Correio Paulistano* nº 19.736, idem.

O Norte, jornal taubateano, comentou o que se passava em São Luís: os caipiras estavam ocorrendo em romarias para agradecer à menina santa milagres ridículos como a cura de bicheiras em seus animais ou a chuva em suas roças de milho. O jornal concluía sugerindo que as autoridades encarcerassem a 'santa' por alguns dias, a bem dos costumes e sobretudo da religião; o mistério logo desapareceria e a moça, desiludida, trataria de buscar outro meio de vida.

Dois dias após este artigo de *O Norte*, o delegado regional, o subdelegado de Taubaté e um oficial da Força Pública com trinta soldados dirigiram-se ao bairro do Chapéu e recolheram à Santa Casa de Misericórdia de São Luís do Paraitinga a jovem Maria Antônia de Jesus, depois de vencer a resistência de seus pais. Uma semana mais tarde, as diligências policiais completaram-se com a prisão de um curandeiro cego, Rodolfo Pedro Rodrigues dos Santos, no município vizinho de Cunha.

Os dois médicos-legistas concluíram, visto o aspecto relativamente saudável da moça que examinavam, que ela teria por certo recebido algum alimento e que pelo menos mudava de posição no seu ataúde. Quanto à causa do fenómeno, os especialistas "são levados a crer que se trata de um caso muito curioso de 'hetero ou de auto-sugestão' numa jovem histérica, e que ela viria sofrendo repetidas e prolongadas crises de 'letargia histérica', achando-se naquele momento sob o domínio de uma delas".⁶

Uma multidão acompanhou em procissão o corpo de Maria Antônia desde o bairro do Chapéu até a Santa Casa de Misericórdia. A polícia temia uma rebelião, mas o cortejo foi pacífico.

6. Ibidem.

Despertada a custo, a jovem manifestou receio de que a polícia maltratasse os seus pais e rezou, recaindo sempre em seu misterioso estado. Conduzida a Taubaté, depois de muitas atenções deixou-se envolver pelas freiras do Hospital Santa Isabel, que a convenceram a aceitar um copo de leite e, no dia seguinte, uma gemada. Transportada em vagão especial à capital, a mocinha esteve quase todo o tempo desacordada, talvez inconsciente do tumulto que se verificava a cada estação por onde passou o trem. Uma ambulância a esperava na Estação do Norte, tomada pela multidão, e a conduziu rapidamente à Polícia Central, onde o delegado-geral, doutor Thyrsó Martins, interrogou-a logo que recobrou os sentidos.

Cobrindo os olhos com o braço como fazia sempre que alguém a observava, Maria Antônia respondeu com lucidez, segundo o relato do jornal paulista *A Gazeta*. Disse que nasceu no bairro do Chapéu, de onde nunca havia saído, há 18 anos. Seus pais tinham uma fazendola: nunca vira até então um automóvel, nem a estrada de ferro; era analfabeta mas sabia de cor as orações que aprendeu quando pequena. Contou que havia três meses, indo rezar à sombra de uma limeira ao meio-dia como sempre fez, sentiu que algo se aproximava: ao voltar-se, deparou-se com um turbilhão de anjos, estava rodeada por uma claridade estranha. Um anjo de grandes asas diáfanas aconselhou-a a passar sete anos em jejum encerrada num caixão diante do altar de uma capela. Por isto era que já não se alimentava mais; explicou que aceitou o leite que lhe haviam dado porque a superiora do hospital de Taubaté lhe assegurara que leite não é alimento, e que o próprio Jesus mamou o leite sagrado de sua divina mãe. O delegado-geral de Polícia do Estado de São Paulo a fez prometer que se submeteria ao tratamento que lhe impunha, para que pudesse tornar-se útil a seus velhos pais. Maria Antônia, sem manifestar contrariedade, ter-se-ia comprome-

tido a prestar toda obediência às freiras do Sanatório Santa Catarina, para onde a levaram ao final do interrogatório.⁷

No sanatório, para escapar ao olhar dos médicos, a jovem fixava os olhos no crucifixo do quarto, ou em seu próprio nariz, fazendo-se de estrábica. Respondia por monossílabos; aceitou algum leite e muita água; recusou alimentos de sal, dizendo que não os comia havia já quatro anos; permitiu que a banhassem. Muito pudica, tentava envolver-se nas cobertas quando os médicos vinham examiná-la.

Segundo *A Gazeta*, desde que chegou ao Sanatório Santa Catarina, Maria Antônia não teve novas crises; os médicos a hipnotizavam e a faziam levantar-se e caminhar de vez em quando. Em Taubaté, *O Lábaro* explicou a seus leitores católicos o que Charcot, Raymond e Babinski ensinavam sobre o histerismo: este mal desenvolve-se em geral sobre uma base hereditária ou, pelo menos, a partir de alguma predisposição orgânica. Ao comentar que havia efetivamente antecedentes na família de Maria Antônia, *O Lábaro* poderia estar se referindo a um incidente ocorrido em 1910, quando Joaquim Pereira dos Santos Claro, lavrador analfabeto de 64 anos, viúvo, residente no bairro rural de Boa Vista, teria agredido sua própria filha Joaquina Maria de Jesus, vulgo Joaquina Burgainda, 30 anos, débil mental e embriagada, num dia santo de junho. Absolvido, o tio e a prima de Maria Antônia podiam estar sendo agora lembrados para confirmar o discurso da ciência.⁸ O jornal enumerou as medidas que a medicina recomendava para curar tal enfermidade: inspirar confiança conquistando a docilidade da pessoa

7. *A Gazeta* nº 3.726, 19/06/1918, p. 1, 'Os casos curiosos. Ainda a 'Santa' de São Luís do Paraitinga'.

8. Cartório do 2º Ofício de São Luís do Paraitinga, *Autos do ano de 1910. O Lábaro* nº 441, IX, 20/06/1918, p. 1, 'A propósito de um caso de histerismo'.

enferma, prescrever-lhe um trabalho moderado e determinado, afastá-la do meio em que estava sujeita à sugestão, ministrar-lhe instrução religiosa com aplicação de preceitos morais. Todos esses meios seriam eficazes, emprestando ao indivíduo histérico os elementos para a consciência de sua personalidade, normalizando assim todas as funções psíquicas superiores e inferiores.

Maria Antônia de Jesus, ou Maria Antônia Claro, ficou sob os cuidados dos doutores Raul Sá Pinto, clínico geral, e Olavo de Castilho, especialista em moléstias das vias urinárias e sífilis. Não foram encontrados registros do tratamento dispensado à jovem, além das sessões de hipnotismo referidas pela imprensa. Em todos os hospitais por onde passou, Maria Antônia esteve sempre rodeada de freiras e enfermeiras católicas, sob a vista de crucifixos, quadros e imagens de santos. Assistiu, muito provavelmente, às missas e outras rezas na capela do Sanatório Santa Catarina, onde por certo terá observado nos vitrais as figuras de Santa Walburga, Santa Catarina e Santa Isabel, o Sagrado Coração de Maria, Pôncio Pilatos a lavar as mãos.

O inverno de 1918 foi rigoroso, os jornais compararam-no àquele, terrível, de 1870. O *Diário Popular* criticou os cuidados dispensados pela Delegacia Geral de Polícia à “pobre rapariga mergulhada num delicioso sono histérico”, atitude que a repressão não costumava tomar perante pobres diabos sem odor de santidade; estes estavam sendo simplesmente deixados nas enxovias dos xadrezes ou deportados para o Mato Grosso. O jornal ironizava: o delegado Thyerso Martins teria sido envolvido pela aura mística de Maria Antônia. Felizmente, o pai da moça, “o velho caboclo do Chapéu”, teria perdido o tempo e o dinheiro investido “neste conhecido número de faquirismo”. O artigo do *Diário Popular* concluía sugerindo que a capelinha de onde se roubara a

santa dos caipiras do Paraitinga fosse transformada em escola, excelente remédio contra romarias e fanatismos. O governo paulista utilizaria muito mais eficientemente as verbas públicas construindo escolas, em lugar de fretar vagões especiais e pagar quartos e tratamento médico nos hospitais para curar fanáticos.

Um outro artigo do mesmo periódico comparou Maria Antônia com Jacobina, aquela extática que liderou os Muckers no Rio Grande do Sul em 1874, exagerando suas façanhas: “saqueavam as propriedades dos colonos do Norte do Estado, e não raro matando horrorosa e cruelmente aqueles que não aderiam”. O artigo concluía com uma recomendação: “O povo de São Luís do Paraitinga agradeça à polícia o ter providenciado em tempo removendo a ‘santa’ para São Paulo, do contrário teria que, em breve, assistir às vandálicas explorações de outros ‘muckers’, desta vez na pele dos paulistas do norte desta terra”.⁹

Sintomaticamente, imprensa, literatura e autoridades evitaram contextualizar o próprio momento em que se desenrolava o drama da santinha caipira de São Luís do Paraitinga; ao apontar para o risco de um conflito social, evocaram situações mais distantes, como os Muckers, ao invés de se referir à guerra camponesa do Contestado, cujas cinzas ainda estavam quentes em 1918, ou à tragédia de Canudos, de 1897.

O primeiro encontro entre Maria Antônia e o curandeiro cego Rodolfo teve lugar em janeiro de 1914, quando recrudescia a guerra santa no Contestado e a liderança dos redutos sertanejos passava ao menino vidente Joaquim, de doze anos, sucessor da virgem Teodora, e que logo seria suplantado pela virgem Maria Rosa. No Ceará, os sertanejos da

9. *Diário Popular* nº 11.630, ano XXXIV, 18/06/1918, p. 3, ‘Notas soltas’ e ‘O caso da ‘santa’ ’.

cidade santa de Juazeiro do Padre Cícero estavam em guerra aberta contra o governo estadual, resistindo a duas expedições repressivas e logo marchariam contra Fortaleza. No México, Pancho Villa e Emiliano Zapata comandavam exércitos camponeses contra a ditadura do general Huerta. A meados do ano explodia a guerra mundial.

Em 1916, enquanto as Forças Armadas encerravam a repressão no Contestado, completando cerca de 6.000 mortos, o fazendeiro-escritor Monteiro Lobato (criador do personagem Jeca Tatu e da expressão Cidades Mortas) fazia o público letrado sorrir com seu conto *O espia alemão*. Da abertura grandiosa, marcada pelo fatalismo — a presença constante, trágica, da guerra na História Universal —, a escritura afunila-se bruscamente, introduzindo pelo detalhe fisiológico o tom paródico: “Também nós temos tido por aqui as nossas guerras. A grande, do Paraguai, onde chacinamos os selvagens do Chaco, e as pequenas, internas — intestinais. Temos a Guerra dos Mascates, onde torceu o pé um reinol e, consta, se arranhou um nativo. Temos a de Alecrim e da Mangerona, que não arranhou ninguém”. A paródia distraía os leitores, folclorizando o acirramento das contradições sociais durante o período mais crítico da época.

A população caipira e plebéia de São Luís do Paraitinga, amedrontada pelos boatos de recrutamento e com a militarização da classe média nos Tiros de Guerra, não deixou de sofrer a severa repressão policial desencadeada contra a ‘vagabundagem’ após a leitura obrigatória de um manifesto do presidente da República em todas as escolas, em setembro de 1917. O manifesto anunciava a declaração de guerra contra a Alemanha e exigia o fim de todas as divergências internas, rígida disciplina, redução dos gastos e intensificação do trabalho; sugeria autocensura à imprensa e alertava contra os espiões. A paranóia patriótica resultante voltou-se

contra a greve geral operária de São Paulo, que havia começado em julho.

Por outro lado, a luta entre facções do Partido Republicano Paulista na disputa pelo comando político da prefeitura de São Luís do Paraitinga se radicalizava mais e mais desde a ruptura do acordo firmado para as eleições de novembro de 1916. O presidente da Câmara Municipal foi acusado como mandante do assassinato de um funcionário municipal em fevereiro de 1918. A oposição, encastelada na Coletoria Estadual, foi, por sua vez, acusada de lançar impostos a torto e a direito, inclusive sobre os mendigos, para intimidar mais ainda os caipiras e fazê-los passar a vender seus produtos no mercado de Taubaté, prejudicando, assim, as finanças da prefeitura.

Para acalmar os caipiras alarmados com as notícias de barcos brasileiros de cabotagem postos a pique por torpedeiros alemães, e das represálias que se alastravam contra imigrantes alemães em todo o país, o delegado de polícia afixou um edital assegurando os direitos de qualquer indivíduo, “sem coação alguma pela polícia”. Porém, um mês depois, o novo delegado proibiu expressamente qualquer jogo ou reunião de pessoas nas praças e ruas sob ameaça de prisão por vagabundagem. Os editais do Recrutamento Militar eram sistematicamente arrancados dos muros da cidade, ensejando processos judiciais contra jovens caipiras. Por ocasião da greve geral na capital, circularam em São Luís do Paraitinga boatos de greve contra os impostos municipais e de um projetado ataque à Coletoria de Rendas Estaduais, justamente quando o destacamento de polícia local havia sido requisitado para reprimir a greve operária em São Paulo. A tensão seguiria acumulando até que os dois partidos rivais chegaram ao ajuste de contas, enfrentando-se à bala nas eleições de 26 de abril de 1919, quando a oposição foi silenciada.

Definida desde logo pela ciência, pela Igreja, pela polícia e pela imprensa como uma histérica, a santinha caipira de São Luís do Paraitinga estava assim reduzida a um 'corpo' enfermo cujas falhas residiam em sua condição feminina — um corpo com um útero — e caipira, e um 'espírito' ingênuo sugestionado por um charlatão a serviço de excusos interesses econômicos de seu próprio pai. Cúmplices, os discursos competentes do século escamoteavam a dramática situação vivida pela população sertaneja diante da agressiva ofensiva burguesa, e se entrelaçavam recortando o fenômeno, reduzindo-o a um simples "caso curioso" e prescrevendo a cura: fazer desaparecer a 'santa' e reconduzir Maria Antônia ao anonimato e à normalidade burguesa do indivíduo em sua esfera familiar.

Certamente em obediência à polícia e aos médicos, os jornais paulistas deixaram de explorar a curiosidade dos leitores a partir de 20 de junho. Maria Antônia, à medida que vinha sendo atraída por seus hipnotizadores à vida profana, já não podia mais ser notícia. Em Taubaté, a polícia apreendeu duzentos exemplares de um livro de cordel escrito por Teotônio Meireles. O livro de registros do Sanatório Santa Catarina assinala a partida de Maria Antônia de Jesus no dia 30 de junho.

Caso tivesse efetivamente recuperado a liberdade naquele domingo, a pequena santa não teria visto "o espetáculo fantástico das manadas que ao lusco-fusco das manhãs correm a engolfar-se pelos portões das fábricas. É o rebanho imenso dos que vão sucumbindo de fome, de tuberculose, de miséria, de vergonha. Há crianças maltrapilhas, descalças, a chorar de fome, a chorar de frio". Tampouco teria visto Maria Antônia as costureirinhas nas suas pobres peliças baratas, nos seus vestidos estofos ligeiros, a caminho dos ateliês de moda e costura onde trabalhavam das 8:00 às 19:00h, e às

vezes até as dez horas da noite, sem nem mesmo a meia hora para o jantar, direito conquistado pelos trabalhadores do comércio. A geada acabara de devastar as roças e cafezais de São Luís do Paraitinga. Não teria sido acompanhada pelos repórteres a vigiar seus passos. Os jornais não teriam, como não o fizeram, incluído o seu nome na coluna 'Hóspedes e Viajantes'.¹⁰

Caso Maria Antônia tivesse retornado à sua terra naquele último domingo de junho de 1917, poderia ter tido a atenção voltada para a grande festa de Juramento à Bandeira em Caçapava. A passageira anônima, reconduzida à sua condição normal de simples caipira analfabeta, poderia ter viajado no mesmo trem que levou o general Barbedo e sua comitiva. Assim teria visto a magnífica recepção na estação ferroviária. Ou poderia ter passado em outro trem, mais tarde, e presenciado pela janela a grandiosidade da festa militar, industrial e agrícola. Poderia talvez, quem sabe, ter reconhecido à distância o seu vigário monsenhor Nascimento Castro, representando o bispo Dom Epaminondas, abençoando o estandarte positivista dos mil conscritos do Sexto Regimento.¹¹

No entanto, nem o próprio delegado de polícia de São Luís do Paraitinga sabia onde estava Maria Antônia. Em julho, solicitou um passe gratuito para que Pedro Claro pudesse viajar a São Paulo e visitar a filha. A primeiro de setembro, a jovem ainda não havia chegado à casa. Estaria talvez em algum convento, ou em outro hospital mais modesto, talvez mesmo em alguma prisão para mulheres. Posto

10. *Diário Popular* nº 11.636, 26/06/1918, p. 2, 'Ao veio do tempo. Inverno'; p. 3 - 'Pelos ateliês de modas e costuras'.

11. *Diário Popular* nº 11.641, 01/07/1918, p. 3, 'Em Caçapava. As festas de ontem'.

que a ciência prescrevia o trabalho e a oração, o enclausuramento em algum lugar sadio para que a boa moral substituisse a sugestão histérica...

Ainda naquele domingo 30 de junho, o jornal *O Norte* de Taubaté publicou uma crônica carioca de João Victor: a ingenuidade da massa caipira, ao emprestar tão rápida e desproporcionadamente o estado de santidade a Maria Antônia, manifestava revolta contra o inexpressivo e anacrônico processo de canonização imposto pela Igreja, repulsa contra moldes preestabelecidos. Em pleno século XX, em meio à tragédia da guerra, a aparição da santa comovia as almas simples e crédulas, perdidas no enlevo da fé, transportadas por sonhos e quimeras. Absorvida, a alma melancolizava as coisas, fugindo aos aspectos violentos da materialidade da vida. O cronista se abandonou conscientemente ao mesmo estado de espírito: “Aqui longe — que os olhos da ausência sacrificam a realidade dos fatos — fico-me a pensar sentimentalmente na pobrezinha que se põe prazer em desbaratar-se nessa ânsia supersticiosa e fanática, rebuçando-se nesse misterioso silêncio, nessa impassibilidade, nessa privação de subsistência, desinteressadamente, só porque encontra, talvez, um consolo no deleite de sua humildade religiosa. Histeria, auto-sugestão, loucura — sei lá! — tudo isso evolva um suavíssimo perfume de lenda modesta, inócua, que a ciência, mãos dadas com a polícia, veio combalir!” O sonho de Maria Antônia foi desfeito. “Assim ferida a fundo, agora só culminarão as transcendentais cogitações científicas dos sapientíssimos esculápios, as memórias, as comunicações acadêmicas, a fria dissecação, enfim, do caso plastizado (...) no aranhol da dialética médica, complicada engrenagem que tudo tritura em fórmulas sintéticas”.¹²

12. *O Norte* nº 1.784, ano XIV, 30/06/1918, p. 1, ‘Notas cariocas’.



Outro eco romântico circulara na *Gazeta*, quando da chegada de Maria Antônia a São Paulo: o estado patológico da histeria não deixava de ser um consolo para os espíritos incultos que rodeavam a jovem, uma reconfortante esperança para essa gente que via em qualquer doença a preferência do Alto, uma distinção do Supremo Bem a premiar e a chamar para si a pequena escolhida. O cronista anônimo da *Gazeta* avaliou a crueza do impacto provocado pela intervenção da força, da autoridade e da ciência, que vieram desfazer a doce ilusão dos crédulos caipiras:

A autoridade e a medicina! Que duas coisas inexpressivas para aquela pobre gente (...). Que duas coisas horripilantes e tenebrosas para sua visão! Quando o sono prolongado denunciava o próximo transporte para os sítios superiores da mansão divina do espírito que anima aquele corpo juvenil, eis que mãos grosseiras e pecadoras a arrancam do seu nicho e a afastam de um remansoso local agreste, e a metem num comboio ferroviário, e a levam para o maior centro da província, e a encerram entre as quatro paredes de um hospital. E dizer que tudo isto é civilização! Oh ciência desumana, oh autoridade despótica; vós não conhecestes nunca a dor de uma ilusão desfeita!¹³

Entretanto, contra estas retomadas do enérgico pronunciamento romântico de Machado de Assis em favor dos seguidores do Conselheiro em Canudos, prevaleceu o discurso explicitado por uma outra crônica anônima que vinha endossar a atitude das autoridades naquele ‘caso interessantíssimo’: deveria caber aos cientistas a última palavra a respeito da desditosa mocinha que vinha sendo adorada como uma enviada dos deuses; eles dariam o veredito sobre “essa esquisita organização de mulher”. Caberia despir toda a len-

13. A *Gazeta* nº 3.725, ano XIII, 16/06/1918, p. 1, ‘A santa do Paraitinga’.

da que cercava o fato. A 'santa' ainda aparecia a todos os olhares envolta assim como que numa atmosfera de mistério, que a medicina desvendaria indubitavelmente, quando os facultativos devolvessem a infeliz mocinha a seus pais, no mesmo estado em que ela veio ao mundo... (Desfolhar o enigma, despir a lenda, devolver a moça ao estado em que nasceu: estaria o texto anônimo estimulando conscientemente a libido de seus leitores, ou seria esta a expressão de um desejo inconfessável de profanar aquela "esquisita organização de mulher", desejo macho que não admite a perda de um corpo feminino roubado pelos deuses?). Havia que se fazer ouvir a voz da razão.¹⁴

Alguns velhos se recordam do dia em que Maria Antônia de Jesus chegou a São Luís do Paraitinga, a cavalo, de volta à vida normal. Casou-se, teve filhos, viveu até bem recentemente sem despertar nunca mais a atenção das autoridades.

A leitura dos jornais, dos autos do processo instaurado contra o cego Rodolfo, arquivado no Cartório do Segundo Ofício, e de outros papéis de arquivo chega ao fim. O contexto geral de aceleração do processo de expropriação da pequena propriedade caipira quilombola resulta bastante claro, bem como a coincidência de interesses das autoridades civis, policiais e clericais, contra o risco de uma nova rebelião sertaneja.

Poderíamos no entanto perguntar se esta interpretação não seria pura tautologia, partindo das evidências de crise social para apenas confirmar tal crise quando nos toca a vez de examinar um distúrbio no corpo da jovem camponesa Maria Antônia de Jesus. Para evitar esta redundância, trate-

14. Idem, p. 5, 'Início de coluna'.

mos de explicitar um modo de ver as coisas a contrapelo dos discursos clínico, policial e clerical.¹⁵

O corpo de Maria Antônia expelia impurezas que teriam sido nele 'plantadas' por uma feiticeira, segundo ela mesma e sua família acreditavam. Um ano mais tarde, graças à presença do cego Rodolfo na casa, os 'plantados' já não estavam em seu corpo; o curandeiro os fazia sair da cozinha, do quarto de dormir de Pedro Claro e Maria Francisca de Jesus — locais especiais onde se localiza a reprodução da família e a produção dos alimentos, locais anualmente abençoados pela Bandeira do Divino Espírito Santo — e da encruzilhada, ponto de encontro das forças misteriosas que rondavam a casa.

Pedro Claro e sua mulher haviam recorrido aos serviços do cego Rodolfo para endireitar suas vidas, e acreditavam que ele efetivamente o conseguiu, já que Rodolfo eliminou as 'tranqueiras' que impediam a prosperidade da casa e salvou a vida de Maria Antônia. O corpo da moça já não expelia mais répteis, pregos, maços de cabelo e outras impurezas, e curado passara agora a expelir imagens santas.

Assim, Maria Antônia *era* a casa e a terra: seu corpo traduzia os males sofridos ou a sofrer pela família Claro, e esse corpo agora curado abençoava a casa, a terra, as árvores

15. A interpretação que se segue inspira mais diretamente nas seguintes obras: Marcel Mauss e H. Hubert ('Essai sur la nature et la fonction du sacrifice', em *L'Année Sociologique*, 2^o année, 1897-1898. Paris: Félix Alcan, 1899); Roger Caillois (*El hombre y lo sagrado*, México: Fondo de Cultura Económica, 1944); Maria Isaura Pereira de Queiroz (*Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*. RJ:SP Livros Técnicos e Científicos: Edusp, 1978); Douglas Teixeira Monteiro (*Os errantes do novo século*. SP: Duas Cidades, 1984); Antônio Cândido (*Os parceiros do Rio Bonito*. SP: Duas Cidades, 1979); José de Souza Martins ('A morte e o morto: tempo e espaço nos ritos fúnebres da roça', em *A morte e os mortos na sociedade brasileira*. SP: Hucitec, 1983).

frutíferas, os animais. A casa converteu-se em palco e altar, ali Maria Antônia de Jesus cantava e rezava mantendo acesa a convicção de um contato com as potências benfazejas dos santos. Na Quinta-feira Santa de 1915, foi em sua cama que apareceu uma imagem de Nossa Senhora Aparecida, revelada por primeiro aos dedos tateantes do cego Rodolfo, seu padrinho e compadre, que viera dar-lhe a bênção ao amanhecer.

Maria Antônia buscava a morte, freqüentava assiduamente as duas cruzes que marcavam o lugar das almas na geografia da fazendinha. Trazia dali rosários deixados juntos à Santa Cruz, que não podiam mais, tendo sido rezados pelos mortos, pertencer aos vivos. O corpo de Maria Antônia submetia-se a um minucioso rito de separação. Longamente anunciada, sua santificação interrompeu o curso profano do tempo ao seu redor.

Comandando o processo de sacrifício de seu próprio corpo, a moça submeteu-se a um ritual de velório que subvertia o sentimento de passagem do tempo, já que seu prolongamento era motivo de alegria e de orgulho para a família, que não trajava luto. Pedro Claro alimentava e hospedava os romeiros que acorriam à capelinha que ele edificou exatamente onde a filha queria, junto à sua casa que se converteu, assim, em casa da festa.

A única preocupação de Maria Antônia, quando as autoridades policiais e médicas lograram despertá-la e começaram a reintroduzi-la no século, foi com seus pais. Suplicava que não lhes fizessem mal, e chorava de saudade. ("O amor é a saudade de casa", diz um provérbio jocoso alemão interpretado por Freud.) Maria Antônia se oferecia em sacrifício para cimentar a paz e a prosperidade de sua casa, protegendo-a de todos os perigos que a rodeavam, e mergulhando para sempre no aconchego de um ninho cons-

truído para ela por seu pai, onde adormecida mamaria, talvez, no seio de sua preocupada mãe.

A intervenção das forças da ordem apresenta o propósito expresso de restabelecer o fluxo do tempo profano, dissolvendo a concentração dos sertanejos junto à sua pequena santa, fazendo-os retornar ao trabalho e às sujeições da vida ordinária. A recente experiência adquirida na guerra santa do Contestado terá sido bem aproveitada pela cúpula do aparato de repressão, o que explica a cautela das autoridades nos contatos com a família Claro e com os romeiros no bairro do Chapéu, com as multidões que se formaram à passagem da mocinha adormecida.

Maria Antônia, finalmente, teve frustrada sua vontade de sacrifício pela inesperada irrupção da ordem profana. A jovem terminou por aceitar a alternativa imposta, o desenlace banalizante. A generosa insistência das freiras, estimulada pela estratégia dos médicos e da polícia, levou-a a sacrificar, agora, sua aura de santidade, nutrindo novamente seu corpo de camponesa e admitindo retornar à modesta condição de simples vivente do século. O delegado-geral de polícia lhe impôs esse novo sacrifício, acenando com a ameaça velada: apenas daquela forma poderia ela de fato ser útil a seus pais.

Se, para o público leitor dos jornais, o 'caso interessante' terminou com a sugestão da supremacia da razão diante da superstição, o tempo permaneceria em suspenso para a família Claro, procurando e esperando por sua filha; e também para a população de São Luís do Paraitinga, que esperava, além da moça, o desfecho do processo instaurado pelos poderes públicos contra o cego Rodolfo. Este, na prisão, seguia exercendo seu ofício, curando um policial. A decisão do júri popular, pela absolvição do cego Rodolfo, veio legitimar o sacrifício da família Claro, suavizando em outubro

os momentos finais do atormentado rito de agregação iniciado em junho com a operação policial no sertão do Chapéu.

O drama nos aproxima da experiência vivida pela comunidade caipira na passagem do século, em plena luta pela sobrevivência em face da expansão do Estado e da grande propriedade. Sem assumir a dimensão trágica dos Muckers, de Canudos, do Contestado, Caldeirão e tantos outros movimentos milenaristas, a paixão e vida do corpo de Maria Antônia de Jesus convidam-nos a escapar da lógica edificante da ideologia do progresso e a descobrir nos arquivos e nos espaços vazios da historiografia a fala dos silenciados.

Transgredindo normas, ultrapassando fronteiras, os corpos e os espíritos recusam por vezes submeter-se à razão de plantão. O corpo virginal de Maria Antônia de Jesus, sofrendo as dores da terra caipira, assumiu suas culpas e a purificou, oferecendo-se como intermediário, pronto a deixar-se consumir pelo desejo do Sagrado em troca do reencantamento do mundo.¹⁶



16. Este artigo é uma síntese parcial de minha tese de Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo, de 1987: 'Foliões. Festas em São Luís do Paraitinga na passagem do século (1888-1918)'. Agradeço à FAPESP e ao CNPq pelas bolsas de pesquisa que a tornaram possível.